

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO ESTADUAL DO CEARÁ: MARCOS SITUACIONAIS

FRANCISCA SUELI FARIAS NUNES¹
FRANCISCA GENY LUSTOSA²

RESUMO

Presente estudo buscou refletir sobre as ações desenvolvidas pela rede pública de ensino do estado do Ceará para atender às pessoas com deficiência, a partir da identificação das primeiras tentativas institucionais, até os desdobramentos de políticas públicas para atender as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. O caminho metodológico percorrido nos levou para uma abordagem qualitativa, de caráter documental por entendermos que o uso desta análise permite uma compreensão mais significativa dos dados coletados. O estudo evidenciou que sistema público de ensino do cearense seguiu, inicialmente, o modelo de educação especial compreendido como segregacionista e/ou institucionalizado, seguido do modelo integracionista (classes especiais). Evidenciou também que o Ceará, frente às novas funções na escola, (re)organizou políticas públicas a fim de garantir o atendimento aos estudantes com deficiência, ainda no ano de 2006, ação que parece ter favorecido o número significativo de matrículas de estudantes da educação especial e na oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Palavras-chave: Educação Especial no Ceará, Políticas de Educação Inclusiva, Inclusão Escolar.

1 Doutorando em Educação, pela Universidade Federal do Ceará - UFC, franciscasfn@gmail.com;

2 Professora orientadora: P.h.d, ProgaFaculdade de Educação - UF, orientador@email.com.

INTRODUÇÃO

As lutas por uma Educação Especial com caráter complementar ou suplementar à educação regular têm impulsionado o Brasil, nas últimas décadas, a construir diversas políticas públicas que assegurem o acesso dos estudantes dessa modalidade a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino do sistema educacional brasileiro. Documentos como a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEI), de 2008, constituem um paradigma pautado na concepção de igualdade e diferença como valores indissociáveis, configurando-se em um tema de grande complexidade, que precisa ser debatido no contexto escolar.

A inclusão escolar é um processo de iniciativa compartilhada e alicerçada nas dimensões culturais, política e práticas com vistas “a promoção da aprendizagem e da participação e o combate à discriminação como tarefas que nunca têm fim”, que presume uma inovação no contexto educacional para acolher a subjetividade e a diversidade de todos e de cada aluno. (BOOTH E AINSCOW, 2012, p. 7)). E embora a PNEEI aponte para a educação na perspectiva inclusiva, somente esse aparato normativo não é suficiente para assegurar o pleno acesso dos estudantes da educação especial aos saberes escolares. Figueiredo, Bonneti e Poulin (2010) apontam que há uma necessidade latente das escolas se transformarem em espaços que garantam um ensino verdadeiramente inclusivo, capaz de desenvolver o aprendizado de todos os estudantes.

No estado do Ceará, o histórico da escolarização dos estudantes com deficiência tem acompanhado o cenário nacional e constituído, em diferentes tempos e perspectivas, um percurso marcado pela grande efervescência dos movimentos sociais pela igualdade de acesso e permanência com qualidade desses estudantes no contexto educacional; atualmente, esse estado oferece aos alunos da Educação Especial diversos serviços educacionais, dentre os quais destacam-se os de natureza complementar e suplementar a escola regular.

Do exposto, este estudo tem por objetivo refletir sobre as ações desenvolvidas pela rede pública de ensino do estado do Ceará para atender às pessoas com deficiência, a partir da identificação das primeiras tentativas dessa natureza, feitas, ainda, de modo isolado e com viés assistencialistas, até as mais recentes como a criação do Centro

de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará (CREAECE) que tem como objetivo complementar ou suplementar serviços educacionais necessários ao desenvolvimento do aluno na escola regular. É importante lembrar que as primeiras iniciativas de escolarização de estudantes da Educação Especial, assentam-se em um cenário de transformações causadas pela industrialização e urbanização da sociedade, na década de 1930, que já se iniciavam e ganhavam curso no Brasil, a partir do estado Rio de Janeiro.

O caminho metodológico percorrido neste estudo, levou-nos à uma análise documental dos diplomas normativos da educação especial, elaborados pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc-Ceará), com vistas à identificação das ações desenvolvidas por essa rede pública de ensino Ceará para atender estudantes com deficiências.

No processo de análise e interpretação dos dados coletados, buscamos superar três obstáculos presentes no trabalho do pesquisador: i) a ilusão do objeto apresentar-se como é; ii) a riqueza do material coletado ser minimizado em função das técnicas e métodos e; iii) a dificuldade de interrelacionar as teorias e os conceitos com os dados coletados. (MINAYO, 1993). Para tanto, adotamos a técnica de análise de conteúdo, por essa estabelecer um caráter objetivo, sistemático e qualitativo dos achados da pesquisa.

A seguir o estudo apresenta um breve resgate histórico das ações e serviços da educação para os estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação, a fim de compreender o percurso da educação especial e a sua inserção no modelo da inclusão escolar.

UMA BREVE RESUMO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO CEARÁ

Ao tratar especificamente das iniciativas na área da Educação Especial, Leitão (2008) expressa que no ano de 1942, o médico oftalmologista Doutor Hélio Góes Ferreira, ancorado no pensamento da época, fundou a Sociedade de Assistência aos Cegos (SAC), hoje o Instituto dos Cegos do Ceará, cuja finalidade, inicialmente, era prevenir à cegueira e incluir as pessoas cegas em um projeto educacional.

Apesar de ter como um dos seus objetivos educar os cegos ali residentes, as atividades desenvolvidas inicialmente pareciam priorizar os

treinamentos de atividades de vida diária, o desenvolvimento de habilidades laborativas como preparação para o trabalho. A escolarização dessas pessoas, ao que tudo indica, veio a concretizar-se alguns anos depois, com a cessão de professores da rede estadual de ensino para o exercício da docência. Nesse período, o grupo de professores era reduzido, além de poucos conhecerem o sistema Braille, a maioria não possuía nenhuma especialização.

As crianças e jovens com deficiência mental e/ou intelectual, assim como os cegos também foram alvo de preocupação da sociedade cearense. Assim, a primeira proposta governamental de educação para essas crianças, surgiu em 1954, quando a Secretaria da Educação do Município de Fortaleza, implantou um projeto experimental que criou uma classe especial para atender crianças na faixa de 7 a 12 anos de idade, na Cidade da Criança, no centro da capital cearense. A não concretização de tal projeto pode ter sido um fator relevante para a criação do Instituto Pestalozzi do Ceará, pela professora Eunice Damasceno, em 10 de março de 1957.

A próxima instituição de Educação Especial instaurada em Fortaleza foi Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE de Fortaleza), criada em agosto de 1965; 11 anos após sua fundação, em 1976, inaugura a Minha Escola Profissionalizante, destinada à educação de pessoas com deficiência mental e/ou intelectual maiores de dez anos.

No ano de 1961, na mesma perspectiva da APAE, proteger os “desvalidos”, surge o Instituto Cearense de Educação de Surdos (ICES), primeira iniciativa governamental de educação do surdo, certamente influenciada pela Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (CESB), ocorrida no ano anterior (1960). O ICES inicia suas atividades com as dificuldades comuns às outras entidades congêneres, contando com alguns professores da rede estadual de ensino que, aos poucos, iam se especializando em cursos promovidos pela CESB, realizados na Capital Federal, no Rio de Janeiro ou em São Paulo.

Os projetos educativos das instituições tinham como objetivo maior fazer o surdo falar e, por essa razão, as práticas dos professores eram absolutamente fundamentadas na abordagem oralista. As controvérsias e embates metodológicos de outrora, referidos pela literatura especializada, parecem não ter ecoado nas mentes daqueles educadores que compunham o corpo docente das instituições

brasileiras dedicadas à educação de surdos. As diretrizes europeias, em especial as vindas da França, não suscitaram dúvidas ou críticas e, assim, foram seguidas integralmente. Eram orientações respaldadas no saber médico, em que a surdez era entendida exclusivamente numa perspectiva organicista e, assim, descrita como condição desviante, como anormalidade determinada pela deficiência auditiva, pela ausência da oralidade, enfim, pelo critério negativo da falta.

Em 1961, os fortalezenses com deficiência física também receberam uma entidade especializada, a Associação Beneficente Cearense de Reabilitação (ABCR), espelhada no modelo da ABCR, do estado Rio de Janeiro. Por mais de dez, a ABCR cearense desenvolveu um trabalho de reabilitação motora e, somente a partir de 1976, passou a se dedicar à reabilitação e educação de crianças, quando criou o Centro de Reabilitação Infantil (CRI).

É nesse ponto que situamos a educação especial cearense no modelo, hoje compreendido como segregacionista e institucionalizado, como indicam os documentos normativos da rede pública de ensino do Ceará. Para Mazzotta (2003), esse modelo (segregacionista) fortaleceu a omissão da sociedade em relação à organização do sistema educacional com vistas ao atendimento das necessidades educacionais desse público, ao tempo que o marginalizava, concebendo-o como incapazes.

No Ceará, a concepção integracionista da educação especial ocorreu com o advento da Política Nacional de Educação Especial de 1994. Nessa ocasião, a Seduc-Ceará elaborou um plano de ação para acompanhar a prestação dos serviços das instituições especializadas e a implantação das classes especiais nas escolas regulares para atender aos alunos com deficiência. Essa concepção enfatizava o princípio de *mainstreaming* ou da integração progressiva na corrente da vida, onde o estudante, em razão da sua modificação/normalização, passava a ser aceito na escola e na sociedade (JANNUZZI, 2006).

A partir dos anos 2000, a Seduc-Ceará define suas diretrizes de educação especial sob a orientação da Diretoria de Políticas de Educação Especial (DPEE), da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC). E por isso, vincula-se a muitos programas e ações, dentre os quais destacamos a criação dos Centros de Formação e Recursos, tais como: o Centro de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP),

Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) e Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S), e cria o Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará (CREAECE).

Com as mudanças provocadas pela PEENEI, o Conselho Estadual de Educação, por meio da resolução CEE nº 456/2016, estabelece novas diretrizes para a educação especial e para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), no âmbito do sistema de ensino do estado do Ceará, visando garantir o direito dos estudantes com deficiência a um atendimento complementar ou suplementar na escola onde está matriculado, sem segregá-los, frequentando a sala de aula comum e a sala de recursos multifuncionais, no contraturno. (CEARÁ, 2016)

No ano de 2022, a Seduc-Ceará elabora a Política de Educação Especial da Rede de Ensino constituindo direção e sentido, ao mesmo tempo, objeto de consulta e horizonte de vanguarda ao sistema de ensino, de forma a materializar políticas públicas mais capazes de serem promotoras de uma educação de qualidade, compreendida na perspectiva da Educação Inclusiva, para todos os estudantes de nossas escolas públicas do estado do Ceará.

Do exposto, entendemos que a rede pública de ensino do estado do Ceará vem materializando ações educativas capazes de atender, mesmo que ainda de forma precária, as necessidades e peculiaridades dos estudantes com deficiência, com vistas ao desenvolvimento de uma educação inclusiva imprescindível em nossa sociedade atual. Os textos normativos deixam em evidência os aspectos históricos, conceituais e legislativos da educação especial. Não há, entretanto, registros avaliativos de como essas ações se efetivam na prática pedagógica do professor e/ou no cotidiano das escolas especiais ou regulares.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL E NA REDE PÚBLICA DE ENSINO ESTADUAL DO CEARÁ: ANÁLISE DO CENSO ESCOLAR

O Censo Escolar, realizado anualmente para reunir os indicadores da educação básica, expressa também a realidade da educação especial, em números, constitui o principal instrumento de informações da educação básica e o mais importante levantamento estatístico educacional brasileiro nessa área. Os dados coletados pelo Instituto Nacional

de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referentes à Educação Especial são fundamentais na definição e elaboração das políticas públicas destinadas a essa modalidade de ensino. De antemão, os resultados revelam que o atendimento educacional às pessoas com deficiência e, portanto, público-alvo da Educação Especial, apresenta-se num processo crescente, de evolução permanente.

Percebemos a movimentação ascendente ocorrida, em termos de Brasil, a partir do diagnóstico apresentado na PNEEPEI (2008), quando comparados aos resultados de 2021. Assim, reconhecemos o avanço no acesso à educação, notadamente expressivos os dados referentes à escola comum inclusiva. O impacto dessas políticas pode ser observado no aumento significativo de matrículas dos estudantes da educação especial nas classes comuns de ensino. Com apoio nos dados divulgados pelo INEP (2021), em 2010, o Brasil contabilizava o quantitativo de 179.235 matrículas nas classes especiais e escolas exclusivas, e 441.851 em escolas comuns (alunos incluídos). Doze anos depois, em 2021, o número de matrículas nas classes especiais e escolas exclusivas caiu para 97.007 e nas escolas comuns (alunos incluídos), quase triplicou, chegando a 1.120,045 matrículas.

Importante considerarmos que, desde 2008, a Política de Educação Especial adotada pelo Ministério da Educação vem desenvolvendo ações que estabelecem a educação inclusiva como uma prioridade (LUSTOSA, 2009). Essas ações refletem no aumento considerável de atendimento e de oferta de vagas nas escolas regulares da Educação Básica para os alunos da Educação Especial, além do incremento de políticas de valorização das diferenças e de atendimento às necessidades educacionais de cada aluno.

Dados revelam a efetivação da educação inclusiva e o empenho das redes de ensino em envidar esforços para organizar uma política pública universal e acessível às pessoas com deficiência.

Para o Ceará, os dados enunciam progressiva semelhante, tomando como base comparativa, por exemplo, o ano de 2017, quando analisamos a evolução do atendimento educacional a estudantes com deficiência, TEA, altas habilidades/superdotação.

O gráfico seguinte emerge do cotejamento dos dados de matrícula em Educação Especial referente ao tipo de escolarização, nível educacional e distribuição por tipo de deficiência, demonstrado no seguinte panorama:

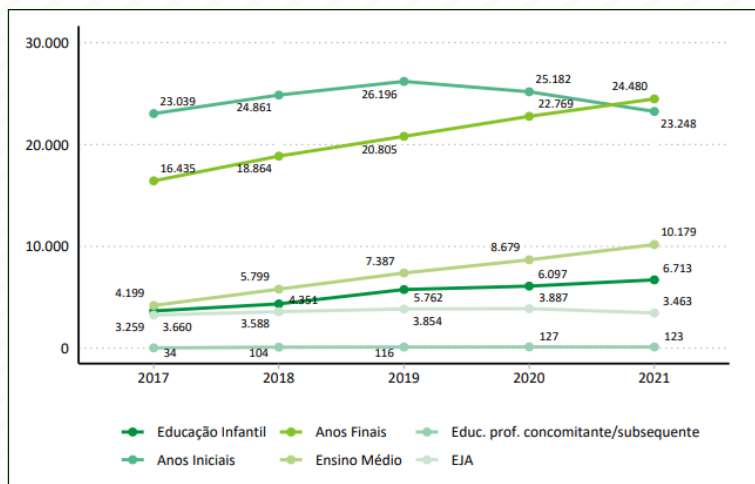


Gráfico 1 - Matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas, segundo a etapa de ensino – Ceará – 2017-2021

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar.

De acordo com o Gráfico 1, o número de matrículas da educação especial no estado do Ceará, chegou a 68.206 em 2021 em relação a 2017, representando um aumento de 34,7% em quatro anos. O ensino fundamental é responsável pelo maior número de alunos matriculados, concentrando 35,9% das matrículas da educação especial. No ensino médio, a diferença no número de matrículas entre 2017 e 2021 cresceu 142,4%.

Importante, à época, a luta pela educação inclusiva, desde creches e pré-escolas, consideradas como a “porta de entrada” para inclusão escolar, campo fértil para os estudiosos da área da Educação Especial, fundamental para o desenvolvimento infantil e para a escolarização das crianças com deficiência pelas características do trabalho pedagógico nessa fase do desenvolvimento infantil, ou seja, o quanto antes a criança iniciar sua frequência à escola, mais chances de sucesso terá no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem.

O Ensino Médio, por sua vez, em relação ao número de matrículas do Ensino Fundamental deixa evidente o quanto a maioria dos alunos da Educação Especial ainda tem de obstáculos à permanência, promoção e avanço escolar. Portanto, políticas públicas de apoio nessa etapa final da educação básica, notadamente, para estudantes da Educação Especial, se revelam necessárias.

É possível afirmar que toda essa movimentação de matrícula e indicadores, nacional e local, tenha relação com as discussões ocorridas no âmbito da elaboração da Política Nacional para área, que seria lançada em 2008, conduzindo, à época, o que foi chamado de redimensionamento da atuação realizada, não sendo mais indicado à escolarização como competência das classes especiais e escolas exclusivas e ficando em suas atribuições a oferta do AEE e dos serviços especializados da área da educação especial como atendimentos clínico-especializados, atividades em equipes multidisciplinares e terapias e estimulações, oficinas profissionalizantes, dentre outros.

Nesse contexto, consideramos importante apontar que o estado do Ceará iniciou o processo de escolarização dos estudantes da educação especial nas classes comuns, ainda em 2006, antes da publicação da PNEEPEI (2008), mostrando-se favorável ao desafio da universalização da educação e a garantia de uma sociedade mais justa nos direitos humanos e sociais.

Outro dado interessante, considerando os indicadores de matrícula entre as Escolas e Classes exclusivas e o sistema comum de ensino, entre rede pública e privada, temos o seguinte cenário. De acordo com os dados do Censo Escolar, os importantes avanços alcançados pela atual política são refletidos em números. Nesse sentido, percebe-se claramente uma tendência crescente das matrículas na Educação Especial, de ano para ano, com crescimento em todos os níveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo histórico de democratização do ensino e as políticas educacionais voltadas para o acesso e permanência das pessoas com deficiência, na escola regular debatidas nos importantes encontros mundiais, trouxeram para o Brasil a premente construção de uma escola adequada às necessidades de seus estudantes. As redes de ensino, frente às novas funções na escola, tiveram que (re)organizar políticas públicas para garantir as prerrogativas legais estabelecidas para o atendimento aos estudantes com deficiência.

Diante do instigante desafio que é a entrada dos estudantes da educação especial nas escolas regulares, instituição marcada pela conjuntura ideológica de manutenção de currículos que servem de base os interesses da burguesa, buscamos neste artigo refletir sobre as ações

desenvolvidas pela rede pública de ensino do estado do Ceará para atender as necessidades específicas dos estudantes com deficiência da educação especial.

O sistema público de ensino do estado do Ceará, a exemplo de outros, seguiu, inicialmente, o modelo de educação especial compreendido, atualmente, como segregacionista e institucionalizado, como apontam os dados coletados nos documentos normativos da Seduc-Ceará, que retratam a história das escolas especiais. Seguidamente a esse modelo, aparecem as classes especiais, voltadas ao atendimento de estudantes com deficiências leves e/ou problemas de aprendizagens. O trabalho preponderante do docente destinado a esse público era focado na sua reabilitação/normalização, a fim de seguirem, posteriormente, para a sala de aula comum.

Constatamos que a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008), adotada pelo Ministério da Educação fez emergir ações que estabelecem a educação inclusiva como uma prioridade no sistema público de ensino cearense. É preciso destacar, entretanto, que o Ceará iniciou o processo de escolarização dos estudantes da educação especial nas classes comuns, ainda em 2006. Fato que consideramos ser um dos favorecedores do crescente número de matrículas dos estudantes da educação especial no estado.

REFERÊNCIAS

BOOTH, T.; AINSCOW, M. **Index para a inclusão**: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas. Tradução de Mônica Pereira dos Santos e João Batista Esteves. 3 ed. Bristol: CSIE, 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico do estado do Ceará: Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: Inep, 2022.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento de revisão da política nacional de educação especial. Brasília, 2008.

FIGUEIREDO, R.V.; BONETI, L.W.; POULIN, J-R. (Org.) **Novas Luzes sobre a Inclusão Escolar**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

JANNUZZI, G. S. M. **A educação do deficiente no Brasil**, dos primórdios ao início do século XXI. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 244.

LUSTOSA, F. G. **Inclusão, o olhar que ensina**: o movimento da mudança e a transformação das práticas pedagógicas no contexto de uma pesquisa-ação colaborativa. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 2009.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. São Paulo, S.P.: Cortez, 2003.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.